

A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Onde estão os mortos do Araguaia?

O deputado Haroldo Lima e uma comitiva integrada por Elza Monnerat, equipe da Revista Manchete e familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, viajaram à região onde ocorreu a guerrilha visando localizar os restos mortais dos guerrilheiros.

PÁGINA 4

SUPLEMENTO ESPECIAL

A Classe Operária

Nem rei, nem ditador. Voto no

PARLAMENTARISMO

DEMOCRÁTICO

Agenciamos as bases de voto no plebiscito de 21 de abril, mas a importância dada sobre a forma e o sistema de governo que passará a vigorar no Brasil. Se, por um lado, a ampla vitória do parlamentarismo dá às forças populares uma grande oportunidade de intervenção no processo de mudança da população, para que o resultado do plebiscito de 21 abril resulte no avanço e fortalecimento do discurso.

- Parlamentarismo x presidencialismo
- A Opinião de parlamentaristas
- Campanha pelo Brasil
- Os sistemas no mundo
- Um pouco de história
- Parlamentarismo democrático na opinião do PCdoB

Brasil pode avançar com parlamentarismo democrático

Faltando dois meses para o plebiscito que vai decidir sobre o sistema de governo, o debate sobre parlamentarismo versus presidencialismo começa a tomar corpo na sociedade brasileira. A campanha pelo parlamentarismo que

está realizando atos e manifestações no Brasil, unifica diversos setores que vêm na adoção desse sistema maior possibilidade de participação do povo nas decisões e na definição dos rumos políticos do país. Para o PCdoB e

os setores progressistas que integram a Frente Parlamentarista, é fundamental a defesa da democracia, com a garantia do voto proporcional e sem as restrições impostas pela chamada "cláusula de barreira".

Lei da falência não vale para as empresas estatais

Uma emenda supressiva proposta pelo PCdoB retirou do texto do ajuste fiscal a possibilidade das empresas estatais decretarem falência

PÁGINA 5



Ato da Frente Parlamentarista realizado em Recife no dia 4 de fevereiro

ARQUIVO

CARTAS

Vamos à luta camaradas

Companheiros, chegou à hora e o momento, devemos nos levantar e caminhar juntos na grande marcha pela democracia. Queremos que todos participem, da revolucionária transformação que se processa nessa hora; quando os dragões da direita, os mesmos de sempre tentam usurpar e vilipendiar o patrimônio do povo, nos vêm com essa idéia ridícula e inconsequente de pseudo-parlamentaristas que propõem o voto *distrital misto*.

Eles tentam massacrar e virtualmente, enganar e ludibriar o povo. Tentam implantar o sistema bipartidarista para simplesmente acabar com os pequenos partidos políticos ou seja (nós). Devemos ouvir o novo canto da nossa música, a tão famosa marcha, a INTERNACIONAL.

Avante Camaradas

Carlos Henrique (CAÍQUE) Meier - RJ.

Canto Guerreiro

Sob o céu do Brasil
faço poesia
faço amor com a minha amada
e conspiro
até o último suspiro
para derrubar o capitalismo

Sobre a terra do Brasil
caminho com a minha amada
na estrada dos revolucionários
pronto para o combate
levando poesia
entre as armas

Na floresta do Brasil
dou a mão à minha amada
e no regaço da pátria
ouço o canto guerreiro
do Araguaia

Antonio Fernando
Rio de Janeiro - RJ

Espaço de artista

Conite
Lançamento de livro
EM OBRAS
Tancredo Lobo



Com grande dificuldade, consegui publicar este livro. Fiz o lançamento em Fortaleza, na minha cidade natal Crato, e devo levar para outras localidades.

EM OBRAS, como o próprio nome diz, é um livro em construção. Os poemas, contos e crônicas nele contidos são alicerces de edificar sempre inacabado. O leitor é chamado a somar seu tijolo interpretativo numa recriação ficcional dessa realidade em que o autor e os seus semelhantes mergulham todos os dias. O leitor é a argamassa que gruda cada verso em todas as estrofes ou nos parágrafos da prosa.

Gostaria que a editoria divulgasse o livro, pois é conhecida a falta de espaço que os artistas amargam na grande imprensa. A maior importância reside no fato da enorme abrangência do nosso jornal.

Um abraço.

Tancredo Lobo
Crato - CE

O tiro pela culatra

As elites do Brasil, parceiras do imperialismo, se articulam aceleradamente depois do impeachment de Collor, e tentam com engodo a saída da podridão capitalista através da mudança de sistema, que tem como pano de fundo o voto distrital misto, reforma partidária, fim do voto obrigatório, ou seja, restringir a vida dos partidos populares como o nosso.

O povo brasileiro, sofrido, depois de tanto ser enganado com a cobertura de monopólio da mídia está mais esperto, ainda é enigmático: não consegue enxergar a saída-o socialismo científico.

O PCdoB pode dar um salto de qualidade em defesa do parlamentarismo

democrático esclarecendo a população com determinação. Existe unidade partidária.

Devemos nos organizar para os movimentos que estão por vir, com nossas bandeiras, bottons, camisetas, cartazes, divulgação da nossa Campanha Rogério Lustosa, Princípios, Debate Sindical, Presença da Mulher, utilizarmos os veículos de comunicação.

Proletários de todos os países, uní-vos!

Sergio Luis Barbosa
Pelotas - RS

Revolta em Cubatão

Venho através desta, expressar a minha revolta e repudiar as medidas que vem tomando a nova administração da cidade de Cubatão.

Acredito que um administrador municipal quando é eleito, é para trabalhar para o povo, cuidando das obras e benfeitorias da cidade, esquecendo das briguinhas políticas e pessoais, pois o que está em jogo é a melhoria das condições de vida desta população.

Pois este cidadão mandou demolir uma obra de custo muito alto para os cofres públicos, obra recém construída pela administração anterior, a qual embeleza a cidade, localizada em frente ao Passo Municipal. Pois é, me refiro àquele chafariz com jogo de luzes coloridas que foi montado naquela piscina desativada em frente ao Passo.

Pois é autoridades municipais, Legislativa e Jurídica, este cidadão que administra os bens do povo, cometeu um crime contra o patrimônio público. Ele deve devolver a verba equivalente ao prejuízo do seu próprio bolso.

Não esqueça Sr. Prefeito, colocaram V.Exa. na prefeitura, para zelar e fazer mais obras, não para destruir o que já está feito.

É bom lembrar que a cidade é do povo e não do prefeito. Pois o prefeito é provisório e a cidade é permanente.

Lembre-se Excelência; construir sim, destruir não.

Antonio Teixeira Gomes
Cubatão - SP



Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermando Toni,
Jefferson Barros

Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Gulomar Prates, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins

Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe
Diagramação: José Luis Munuera Reyes
Composição e Arte Final

Compart - Fone: (011) 278-1634

Fotolito: Enfocke

Impressão: Artgraph

Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva

Arquivo: Leandro Schillpeke

Secretaria: Silvia Regina Lopes

Publicação quinzenal da Empresa

Jornalística

A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem (096) 223-4046 - BAHIA - Salvador - R. Senador Costa Pinto, 64 - Centro - (071) 321-6420/ 321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangueira, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 273-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARÁIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26, casa 6 - Centro - (041) 252-3983 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

Já em circulação nova edição da revista *Princípios* com debate sobre o plebiscito.



Valeu a iniciativa

Chegamos ao final da primeira fase da Campanha Rogério Lustosa atingindo a meta proposta. Embora muitos estados, sobretudo do norte e nordeste não tenham entrado como deviam na campanha, houveram respostas positivas.

Apesar da meta tímida a que nos propomos, serviu para despertar sobretudo no coletivo partidário a importância da assinatura e do recebimento regular do jornal A Classe Operária em casa. Mesmo com o prazo oficial da primeira fase da campanha tendo se esgotado, continuam chegando assinaturas feitas no espírito deflagrado pela campanha de fortalecimento da imprensa partidária. Da última edição do jornal até o fechamento desta, já haviam chegado mais de 100 novas assinaturas, sobretudo do Rio Grande do Sul (que deu até certificado para os campeões de assinaturas), São Paulo (com mais ofensividade dos metroviários e na cidade de Marília, onde se conseguiu até uma assinatura da Câmara Municipal), e do Piauí que enviou várias assinaturas.

Em março, daremos prosseguimento a novas iniciativas para que cheguemos no 1º de maio, data de aniversário de "A Classe Operária", com significativos avanços visando o fortalecimento da imprensa partidária.

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____ Telefone _____
Profissão _____
Data ____/____/____

- Assinatura anual: Cr\$ 400.000,00
- Assinatura semestral: Cr\$ 200.000,00
- Assinatura trimestral: Cr\$ 100.000,00
- Assinatura anual de apoio Cr\$ 800.000,00
- Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 400.000,00
- Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 200.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinaturas de A Classe Operária. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Nosso endereço é: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo - SP. Fone (011) 34-4140. Fax (011) 36-0412.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Opinião

A crise da violência na violência da crise

GILSE COSENZA
Presidente da UBM

Vem aí o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. E seguramente, o assunto em pauta é VIOLÊNCIA.

O país inteiro se revoltou contra o assassinato de Daniela Perez. Ao mesmo tempo, o relatório da CPI da violência mostra que este caso é apenas a ponta do iceberg.

Ao lado da vítima famosa, milhares de outras anônimas, 986 mulheres assassinadas, 33 mil estupradas, 104 mil submetidas a atentados violentos ao pudor, rapto, cárcere privado, discriminação racial e no trabalho. A cada dia, no Brasil, 337 mulheres sofrem algum tipo de violência. Estes são os dados conhecidos, por serem registrados em delegacias.

Por que isto? Teriam, por determinação da natureza nascido as mulheres predestinadas ao martírio e os homens com vocação de algozes?

Sabemos que não! Outras informações nos levam a pensar nas causas. A maioria dos casos se dá no âmbito da relação familiar; a maioria dos agressores têm primeiro grau incompleto e ganha menos que um salário mínimo; grande número de agressores está desempregado; o número de denúncias nas delegacias de mulheres cresce quando aumenta a crise econômica; na maior parte das vezes, os agressores ficam impunes; o "comportamento moral" da vítima é usado como justificativa para seu assassinato, uma prática real da pena de morte que existe no país e precisa ser abolida.

Na realidade, estas agressões brutais e chocantes são a forma mais visível da discriminação sofrida pelas mulheres em todos os setores da sociedade, no dia a dia de permanente situação de violência.

É a opressão de gênero, intimamente ligada à opressão social, que prepara cotidianamente os cenários e personagens para que isto aconteça.

As mulheres estão no mercado de trabalho, são chefes de família, mas ganham em média pouco mais da metade do salário dos homens e são obrigadas a uma dupla jornada de trabalho desumana. Mães trabalhadoras sofrem verdadeira perseguição e não contam sequer com creches. Centenas de mulheres morrem ou ficam com seqüelas graves em virtude da clandestinidade do aborto. Milhões são esterilizadas indiscriminadamente por determinação dos países ricos.

Toda essa discriminação é aceita como se fosse o normal da vida. Por servir muito bem aos interesses da atual estrutura econômica, é reproduzida e reforçada, acomodando a sociedade numa cultura de opressão que massacra todos os dias e explode na conjunção do machismo com a crise social, o desemprego, a miséria.

Urge lutar! Exigir o fim da impunidade, mudanças no Código Civil, reforço das delegacias de mulheres e outros instrumentos de defesa. Mas só estas medidas não bastam. É preciso unir as mulheres, abrir os olhos do conjunto da sociedade. Mostrar a crise da violência e a violência da crise sobre as mulheres. Não podemos deixar que o susto passe e continue vigorando a invisibilidade da violência geral e cotidiana.

A cada dia, 337 brasileiras sofrem algum tipo de violência. Essas agressões são a forma mais visível da discriminação sofrida pelas mulheres.

Balão de ensaio: O IPMF em ação



Elites atacam ajuste fiscal

De repente, não mais que de repente, a grande imprensa estampou em suas páginas a notícia de um ato contra o IPMF (Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira). Esse repentino alarde, capitaneado pela Fiesp, pela Febraban (Federação Brasileira das Associações de bancos), pela Federação do Comércio e da Agricultura de São Paulo, mais os sindicalistas fisiológicos da CGT e da Força Sindical chama atenção em primeiro lugar por se dar só agora e não quando da aprovação na Câmara do ajuste fiscal. É certo que o chamado imposto do cheque vai recair sobre o contribuinte comum. Mas também é certo que os tubarões da especulação financeira vão pagar mais, daí a sua gritaria que, embora de efeito retardado, visa barrar a aprovação do ajuste fiscal no Senado.

Essa é, na verdade, uma articulação de importantes setores das classes dominantes descontentes com o governo, que pretende, em última instância, interditar a governabilidade de Itamar. Esses setores não se conformam com os sinais que o governo tem dado no sentido da preocupação com o social, com medidas restritivas aos monopólios dos remédios, com o retardamento do processo de privatizações. Ou seja, com sua

resistência a se enquadrar no ortodoxo projeto neoliberal e às pressões do FMI de um plano econômico de sucateamento da indústria, de recessão e de empobrecimento crescente das massas populares.

Enquanto aumenta a onda das elites conservadoras contra o governo, enquanto aumenta a onda das elites conservadoras contra o governo e todo o tipo de chantagem e pressão com o inusitado ato dos empresários paulistas no dia 11 de fevereiro, cresce a popularidade de Itamar como atestam as pesquisas da grande imprensa.

O fato é que cada um tem seu calcanhar de Aquiles. Os empresários sentem seus lucros ameaçados e investem contra o governo, tentando desmoralizá-lo e ridicularizá-lo. Já o povo brasileiro é sensível às medidas, embora tímidas, que o governo vem tomando no sentido de reativar a economia, minorar o desemprego, a situação de saúde e miséria em que vive a maioria da população.

A desmensurada reação dos poderosos à aprovação do ajuste fiscal lembra o boicote do IPTU progressivo proposto por Luiza Erundina em São Paulo. São sinais de que as elites não aceitarão perder nem um pouco seus privilégios.

A revanche do conservadorismo

SÉRGIO MIRANDA
Vice-líder do PCdoB na Câmara Federal

Inúmeras explicações têm sido dadas na grande imprensa sobre a vitória do deputado Inocêncio Oliveira na disputa pela Presidência da Câmara Federal. Um procuram ver nela apenas a cobiça de um político provinciano, que as custas de favores aos seus colegas granjeou tal simpatia que seu projeto pessoal, acalentado há muito tempo, tornou-se praticamente irreversível. Outras tentam analisar mais pelo espírito de corpo dos parlamentares, que teriam escolhido alguém voltado para corresponder às expectativas dos interesses da Casa, na obtenção de possíveis regalias, ou ainda se procura explicar o fato como uma derrota do PMDB, desgastado pela ocupação contínua, nos últimos anos, dos principais espaços do Legislativo.

Penso que estas explicações, simplistas na sua formulação, não satisfazem. Elas procuram, em sua superficialidade, encobrir o principal: a vitória de Inocêncio é em verdade a vitória da direita e, como tal, terá importantes conseqüências na vida política nacional.

Desde o impeachment que as forças conservadoras se sentem acuidas e pressionadas pela opinião pública. As primeiras medidas do governo Itamar, inclusive a composição de seu Ministério, aumentou o isolamento dos conservadores. Nesse sentido, a vitória de Inocêncio tem que ser encarada como a grande revanche do conservadorismo. Não é a toa que saudosistas e fiéis seguidores de Collor, como Sebastião

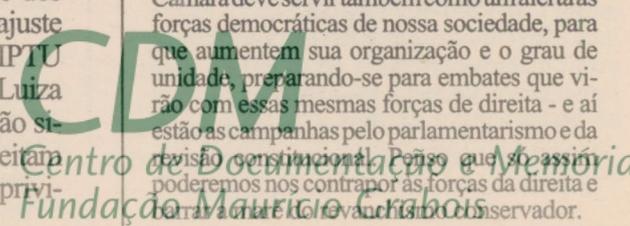
Nery, se empenharam por Inocêncio. E o ar de satisfação que seus rostos espelhavam após sua vitória, já por si só confirma nosso raciocínio.

O fato de o adversário de Inocêncio ser Odacir Klein, um deputado sério e há muito comprometido com o movimento popular e com a formação de um Bloco Democrático no Congresso, agrupando partidos como o PMDB, PDT, PSB, PT, PCdoB, PPS e PV, também ajudou a dar essa conotação de disputa entre forças progressistas e conservadoras.

Mas é certo que causou muita estranheza a grande diferença de votos obtida pelo conservador Inocêncio (311) em relação ao progressista Klein (177). Diferença que encontra explicação em parte na omissão e passividade do governo Itamar e de seu comando político no Legislativo diante da sucessão de Ibsen Pinheiro. O governo não moveu uma palha em favor do candidato Odacir Klein, que tinha compromisso com as mudanças. Não se deve minimizar também o fator traição, exercida por diversos parlamentares do PMDB, PDT e quiçá de outros partidos, que haviam assumido compromissos de público com Odacir Klein, mas que votaram em Inocêncio por debaixo do pano.

É preciso agora se debruçar sobre essa experiência e dela extrair algumas lições que nos ajudem a avançar. A primeira delas é que o conflito revelado nessa disputa não interessa somente à Câmara ou ao Legislativo, mas a toda a sociedade, que precisa se integrar mais a fundo com o movimento pela formação de um Bloco Democrático. A segunda lição é que o desfecho da eleição para Presidência da Câmara deve servir também como um alerta às forças democráticas de nossa sociedade, para que aumentem sua organização e o grau de unidade, preparando-se para embates que virão com essas mesmas forças de direita - e aí estão as campanhas pelo parlamentarismo e a divisão constitucional. Penso que, se assim poderemos nos contrapor às forças da direita e derrotar o conservadorismo.

A vitória de Inocêncio é a vitória da direita e como tal terá importantes conseqüências na vida política nacional



Projeto de Lei da Reforma Agrária

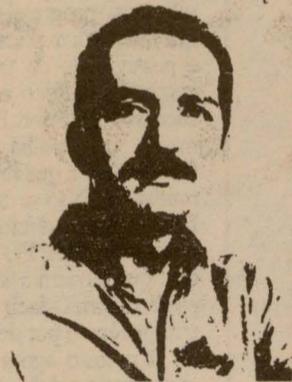
ALDO REBELO
Líder do PCdoB na Câmara Federal

O projeto de lei que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária foi aprovado pela Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal, onde recebeu 22 emendas. A maioria das emendas aperfeiçoou o texto e introduziu dispositivos que facilitam a distribuição de terras. De volta à Câmara, conseguiu-se, através de negociação, a aprovação de várias emendas importantes, entre as quais a que faz a vinculação da propriedade produtiva com a necessidade do cumprimento da função social, para que a mesma possa ser insuscetível de desapropriação. Outra emenda importante aprovada refere-se à inclusão da necessidade, nas áreas de pastagens, de observância do índice mínimo de lotação por zona de pecuária.

As demais emendas, muito embora objeto de destaque para votação em separado apresentado pelo PCdoB, PT e PDT, não lograram obter a aprovação do plenário, em virtude da radicalização dos segmentos conservadores da casa. Diante disso, não se conseguiu retirar do texto os artigos 14 e 15, nem alterar o parágrafo único do artigo 17, conforme pretendiam as emendas do Senado. Existe agora, a possibilidade de veto a esses dispositivos, por parte do Presidente da República. O artigo 14 permite a permanência do expropriado no imóvel, até o trânsito em julgado da sentença de desapropriação. Este artigo, além de tudo, é inconstitucional, já que trata de procedimento no processo judicial de desapropriação. Esta matéria, segundo determina a Constituição Federal, obriga a elaboração de lei complementar e não ordinária. Essa obrigatoriedade foi incluída, à época, no texto constitucional, por pressão desses mesmos setores conservadores. Deve-se ressaltar, ainda, que a própria Câmara aprovou o projeto de lei complementar definindo o rito sumário nos processos de desapropriação e propondo a emissão de posse imediata. O artigo 15, por outro lado, inclui uma nova categoria de terra não passível de desapropriação que a Constituição não prevê: os imóveis adquiridos por via judicial, para pagamento de dívida do anterior proprietário. Isso representa um privilégio indevido aos bancos. O parágrafo único do artigo 17, por sua vez, trata da escala de prioridades para a desapropriação dos imóveis rurais, tendo como referência todo o território nacional e não cada micro-região homogênea, conforme propunha o Senado. Com isso, inviabiliza-se a ação do poder público na desapropriação e no assentamento em localidades de conflito.

Há, no projeto aprovado, outros dispositivos que privilegiam a propriedade produtiva, principalmente o artigo 7, que concede prazos extremamente longos para que a propriedade venha a se tornar produtiva.

Os Partidos que defendem a reforma agrária, juntamente com a CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CNBB, a CUT e a CPT se articulam junto ao Presidente da República, para que todos os dispositivos prejudiciais sejam vetados.



Aldo Rebelo

MOACIR DE
OLIVEIRA FILHO

O esclarecimento sobre o paradeiro dos mortos e desaparecidos durante o regime militar é uma das dívidas que o país mantém com a sociedade brasileira, particularmente a questão dos mortos na Guerrilha do Araguaia. Com o objetivo de enfrentar esse problema foi organizada uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que tem promovido diversas iniciativas para esclarecer essa questão.

Na semana passada, o deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA), um dos membros dessa Comissão, viajou à região do Araguaia, acompanhado de familiares de guerrilheiros, da dirigente nacional do PCdoB, Elza Monnerat e de uma equipe de jornalistas da revista Manchete, para realizar novas investigações sobre a existência de cemitérios clandestinos onde poderiam estar enterrados os corpos de alguns dos guerrilheiros mortos naquele episódio.

Mudança de atitude

Uma comitiva que esteve há anos visitando a região, constatou que o povo ainda estava amedrontado para falar sobre o assunto, dificultando a obtenção de informações capazes de desvendar a questão. Naquela época, circulou a notícia de que o ex-agente do SNI e ex-deputado Sebastião Curió, também percorreu a área fazendo novas ameaças aos moradores.

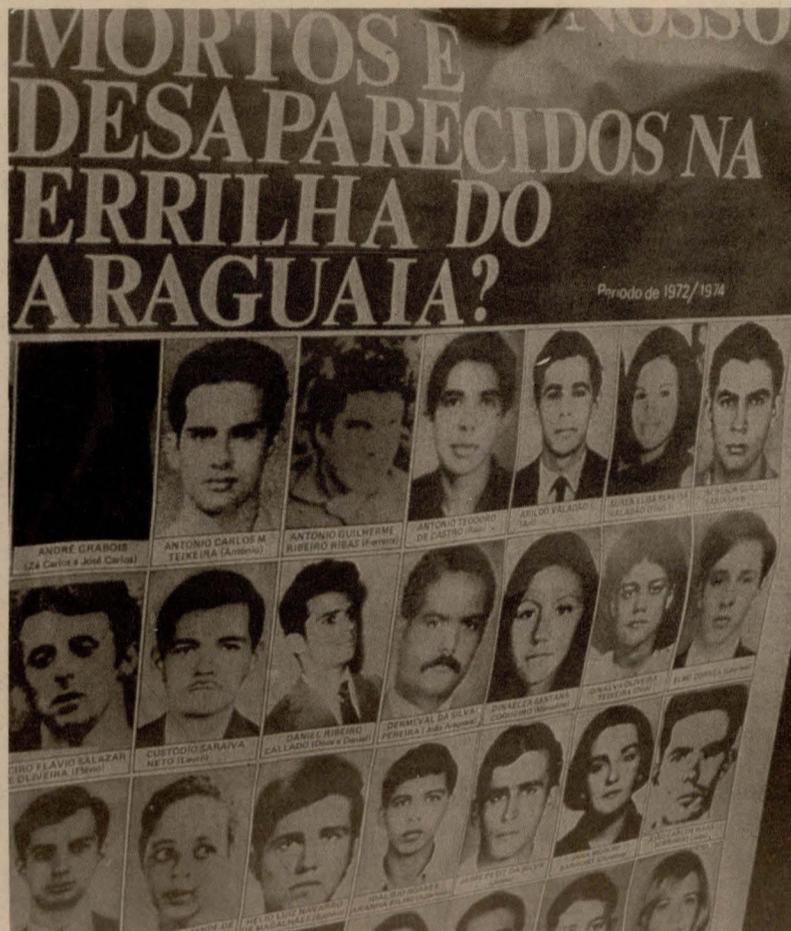
Dessa vez, no entanto, a atitude da população mudou bastante, conforme relata o deputado Haroldo Lima: "Nessa visita sentimos que o povo fala abertamente da luta ocorrida no Araguaia, relata episódios, descreve as atitudes das Forças Armadas, relembra a atividade dos guerrilheiros e dá conta das inúmeras prisões de populares da região efetuadas naquela época. Um aspecto que chamou a nossa atenção foi a afetividade com que todos rememoram a vida dos guerrilheiros. Conversei com diversas pessoas, de diversos locais, e em nenhum instante deixei de escutar elogios acentuados a todos os guerrilheiros".

Novas pistas

Como consequência direta dessa nova postura dos habitantes da região, surgiram oportunidades concretas de se identificar pistas que poderiam levar aos cemitérios clandestinos onde estivessem enterrados corpos de guerrilheiros. O tempo transcorrido de mais de 20

NACIONAL

Desaparecidos do Araguaia



anos, efetivamente dificulta a localização desses lugares, em função das mudanças topográficas ali ocorridas. Mesmo assim, foi possível identificar pistas, inicialmente imprecisas, mas que, pela insistência com que apareciam nos relatos de diferentes pessoas, mostravam ter um fundo de verdade, a ser melhor examinado.

Assim é que, a comitiva teve a oportunidade de investigar melhor uma dessas pistas: a de um velho cemitério abandonado, localizado num lugarejo chamado Oito Barracas, perto de onde estaria enterrada Helenira Rezende de Souza Nazaré, a guerrilheira Fátima. O deputado Haroldo Lima relata que não foi fácil identificar, em poucas horas, sequer o cemitério, mas a informação era conhecida pelos moradores da região.

Ossos localizados

Após investigações, localizaram-se alguns ossos, espalhados pelo chão, que foram recolhidos e apresentados posteriormente a um médico de Marabá para

uma observação preliminar. Desta análise, resultou a separação dos ossos em dois grupos: um que era composto por ossos de animais e outro que o médico considerou necessário aprofundar a análise para identificar se eram ou não ossos humanos.

Com esse objetivo, o deputado Haroldo Lima trouxe os ossos para Brasília, submetendo-os à análise de um especialista do Instituto Médico Legal, que opinou ser necessário, pela importância da questão, um exame de laboratório desses ossos. A partir de então, o deputado encaminhou, formalmente, as ossadas à direção do IML, descrevendo-os minuciosamente, tendo já recebido a informação de que o exame será feito com profundidade e disso resultará um relatório substanciado.

Essa investigação irá prosseguir, com a participação da deputada Socorro Gomes e do deputado estadual Neuton Miranda, que, inclusive, já identificaram novas ossadas que serão remetidas para Brasília nos próximos dias.

Guerrilha na história

O deputado Haroldo Lima, que integrou a comitiva, registra uma impressão final sobre o comportamento do povo da região. "Os moradores e as próprias autoridades municipais daquela área passaram a incorporar a história da Guerrilha do Araguaia à história da região. Exemplo ilustrativo desse fato é a decisão tomada pela Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia de reproduzir na fachada principal do prédio, o brasão-símbolo do município, onde constam três elementos principais: a floresta amazônica, a fertilidade do solo e a Guerrilha do Araguaia, representada por dois fuzis entrelaçados", contou.

A história na boca do povo da região

A veterana comunista Elza Monnerat, que acompanhou a comitiva em visita à região do Araguaia, notou mudanças significativas no comportamento dos moradores da região. Em 84, quando ali esteve pela primeira vez após o fim da guerrilha, encontrou um povo que tinha medo de falar. "Dessa vez a coisa se modificou muito. O impeachment de Collor mostrou que o povo é capaz de transformar o país e o medo diminuiu. Também a condenação do matador de Paulo Fonteles, que aconteceu nos dias em que ali estivemos, entusiasmou a população. As pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram da guerrilha, começaram a contar a história e fornecer pistas para descobrir os possíveis cemitérios clandestinos onde foram enterrados os mortos", afirma.

Na região, Elza tomou contato com algumas histórias, como a da viúva do guerrilheiro Luizinho, que após ter sido libertada da prisão em 73, encontrou uma ossada e um chapéu do guerrilheiro Orlando. "Ele era o único que usava chapéu de pele de bicho".

A preocupação dos parentes dos desaparecidos, não só os que foram das cidades mas também os da região, ao que parece mais de 30, é conseguir o atestado de óbito dos guerrilheiros. "A preocupação dos parentes dos desaparecidos, não só os que foram das cidades mas também os da região, ao que parece mais de 30, é conseguir o atestado de óbito dos guerrilheiros. A preocupação dos parentes dos desaparecidos, não só os que foram das cidades mas também os da região, ao que parece mais de 30, é conseguir o atestado de óbito dos guerrilheiros."

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

NACIONAL



Ajuste Fiscal

MOACIR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

Depois de muita discussão, a Câmara dos Deputados conseguiu aprovar, em dois turnos, o projeto de ajuste fiscal encaminhado pelo governo Itamar Franco. A matéria, agora, está sendo examinada pelo Senado Federal que deve manter a íntegra do texto já aprovado pela Câmara, conforme revelou o senador José Fogaça, relator da matéria.

A aprovação do ajuste fiscal foi uma vitória do governo Itamar Franco e dos setores progressistas, na medida em que conseguiram vencer os obstáculos da direita e dos conservadores, não só para aprovar a proposta de ajuste fiscal, fundamental para garantir a governabilidade e dar mecanismos tributários mais ágéis ao governo, como, principalmente, retirar do texto aprovado o dispositivo que estendia o instituto da falência às empresas estatais.

Independência

No fundamental, a aprovação do ajuste fiscal foi positiva por permitir que o governo Itamar Franco conquiste sua independência em relação às pressões dos monopólios e garantir a sua governabilidade. A criação do IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira-, um dos aspectos mais polêmicos do projeto, foi apoiada pelo conjunto de forças que sustentam o governo Itamar Franco, por entender que esse novo tributo era fundamental para recuperar a capacidade arrecadadora da União e, portanto, garantir a governabilidade.

Para atenuar os efeitos que o novo imposto pode exercer sobre os assalariados, a proposta instituiu uma compensação de 0,25% sobre os salários até 10 salários-mínimos

e sobre as aposentadorias e pensões, reduzindo o impacto do novo tributo sobre a massa de assalariados.

Outra vitória importante e fundamental dos setores progressistas foi a retirada do dispositivo que estendia o instituto da falência às empresas estatais. O destaque supressivo desse dispositivo foi proposto e defendido pelo líder do PCdoB, deputado Aldo Rebelo, que comandou a sua aprovação. A argumentação para a retirada desse dispositivo, que equiparava às empresas estatais as empresas privadas para efeitos de falência foi de que as estatais são empresas criadas por decisão política e para preservar interesses do Estado em determinadas áreas e, portanto, nessa condição não podem seguir as leis do mercado.

Lei de mercado

Como afirmou o deputado Aldo Rebelo, no encaminhamento da votação: "Se a lei de mercado fosse suficiente para presidir a criação de empresas, jamais haveria sido criada qualquer empresa estatal. As empresas estatais foram criadas porque não se podem pautar simplesmente na lei de mercado. Pergunto aos agricultores aqui presentes e aos produtores rurais: por que vai se colocar a Embrapa na Lei de Falências? A Embrapa foi feita para dar lucro ou para proteger a agricultura desse país?", indagou o deputado, acrescentando: "O problema não é das empresas estatais, o problema é de quem as dirige. Se existem empresas estatais onde se praticam fraudes, roubos e ilícitudes, que se substituam seus dirigentes, mas não se decreta a falência dessas empresas".

Ainda no encaminhamento do destaque supressivo, o líder do PCdoB defendeu que a existência de uma empresa estatal é precipuamente política e, portanto, "a decisão de sua criação, bem como de

sua extinção, deve ser exclusivamente dos depositários do mandato popular", acrescentando que o dispositivo que se pretendia aprovar colocava em risco o patrimônio público e transferia a decisão sobre a coisa pública do Poder Público para as forças do mercado.

Vitória progressista

A aprovação do texto final do ajuste fiscal, com a retirada desse dispositivo sobre a falência das empresas estatais, foi uma importante vitória dos setores progressistas. A oposição ao projeto era capitaneada pelas forças conservadoras, lideradas pelo PDS e pelo PFL, e tinha o objetivo maior de evitar uma folga de caixa para o Tesouro com a intenção de submeter o governo Itamar Franco às pressões da maioria conservadora do Congresso Nacional. A derrota dessas forças foi, portanto, de grande importância para o futuro político do governo.

Patrões e pelegos juntos

Com a fixação da data do próximo dia 18 (5ª feira) para que o Senado aprecie o projeto de ajuste fiscal tornam-se mais agudas as pressões contrárias dos empresários e fazendeiros, Fiesp, Febraban, UDR, etc.

Toda uma gente que se beneficiou durante anos seguidos de incentivos e isenções oficiais fala agora, sem a menor cerimônia, em "arrastão fiscal". E essa cantilena encontra respaldo junto aos pelegos da Força Sindical e outros. Mas é difícil imaginar que a Fiesp e a UDR saiam a campo para "defender o povo do abuso fiscal". Na verdade os ricos e reacionários tentam pegar um "gancho" a fim de isolar politicamente o governo de Itamar Franco. Mas, ao que tudo indica, o Senado irá derrotar essa manobra.

BANCADA COMUNISTA

Portugueses e brasileiros

O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) fez pronunciamento na Câmara protestando contra a detenção arbitrária, de oito cidadãos brasileiros no Aeroporto de Lisboa, pelas autoridades portuguesas. Cópia do pronunciamento foi enviado ao deputado Mário Tomé, da UDP de Portugal e à Embaixada Portuguesa no Brasil. Haroldo também fez constar nos anais da Câmara Federal, o requerimento assinado por Mário Tomé à Assembléia da República de Portugal, que também protestava contra o tratamento dedicado aos brasileiros. Tomé denuncia a prisão ilegal dos brasileiros e alerta para o risco de manifestações de xenofobia e racismo por parte das autoridades portuguesas e denuncia o risco de Portugal se transformar "num posto de polícia de fronteira de uma Europa fortaleza, e assumir um posicionamento objetivamente hostil aos cidadãos dos países do sul".

Desaparecidos políticos

Esteve recentemente no sul do Pará a Comissão dos Desaparecidos Políticos, que desenvolveu trabalho no sentido de localização dos restos mortais dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. No dia 5 de janeiro, a deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA), mais o deputado estadual Neuton Miranda e autoridades da região, visitaram os municípios de Marabá e São Domingos do Araguaia, ouvindo pessoas que possam contribuir na busca dos ossos dos guerrilheiros.

Prisão de desempregados

O deputado Jamil Murad (PCdoB/SP) convocou reunião da Comissão de Relações de Trabalho da Assembléia Legislativa para repudiar a intenção do delegado de Jacareí e outras cidades do Vale da Paraíba, de prender mais de 16 mil cidadãos que se encontram desempregados. Participaram da reunião, representantes da sociedade civil, trabalhadores demitidos da Vasp, e parlamentares da região.

Edson na Câmara



Edson Silva

O Partido Comunista do Brasil tem mais um representante na Câmara Federal. O deputado Edson Silva (RS) assumiu o mandato no dia 9 de fevereiro, tendo sido saudado por vários deputados, sobretudo pelos gaúchos. Edson ocupa vaga deixada por Carrion Junior (PDT), que assume uma secretaria no governo do Estado do Rio Grande do Sul. Economista, Edson Silva é presidente do PCdoB gaúcho e membro da Comissão Política nacional do Partido.

Olívia assume mandato

O PCdoB conta agora com dois vereadores na capital goiana. Por força de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que concedeu liminar na ação impetrada para garantir que o número de vagas na Câmara Municipal não sofresse rebaixamento de 33 para 21. Olívia Vieira foi diplomada como primeira suplente e assumiu o mandato no dia 2 de fevereiro na vaga aberta com o aproveitamento de um suplente do município de municipal.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

Seminário de partidos
no Equador

Realizou-se em Quito, Equador, nos dias 4 e 5 de fevereiro, o Segundo Seminário Latinoamericano sobre as Experiências da Construção dos Partidos Políticos, com a participação de 25 partidos e organizações: Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista da República Dominicana, Partido Comunista do Chile, Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Bolívia, Partido Comunista do Peru (Pátria Roja), Partido Comunista do Paraguai, Partido Comunista do Uruguai, Partido Popular Socialista (México), Partido do Povo do Panamá, Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento UNIR do Peru, Partido Comunista Peruano, Unidade Revolucionária Caamafista (República Dominicana), Partido Comunista da Venezuela, Partido Unidade da Nova Alternativa (Venezuela), Partido do Povo Costarriquenho, Partido Vanguarda Popular da Costa Rica, Partido Comunista da Colômbia, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (Brasil), Partido Comunista do Equador, Partido Comunista Marxista Leninista do Equador, Partido Socialista Equatoriano, Movimento Popular Democrático (Equador) e Frente Ampla de Esquerda (Equador). A convite dos organizadores, assistiu também uma comissão do Partido do Trabalho da Coreia. O Encontro aprovou várias moções, entre elas a que reproduzimos abaixo, solidarizando-se com ex-dirigentes comunistas perseguidos nos países do Leste europeu, em particular Eric Honecker e Nexhmije Hoxha. Nos próximos números publicaremos a Declaração de Quito "Resgatar a Esperança e Construir o Sonho Libertador", a intervenção da delegação do PCdoB e moções de apoio à Coreia e Cuba socialistas.

"O partidos e organizações políticas, reunidos no Segundo Seminário Latinoamericano sobre as Experiências na Construção dos Partidos Políticos, condenamos as perseguições políticas, judiciais e policiais contra ex-dirigentes estatais e partidários, que estão sendo levadas a cabo nos países do Leste europeu e na ex-União Soviética.

Rechaçamos em particular a sistemática perseguição contra Eric Honecker e outros três ex-dirigentes do Partido Socialista Unificado da ex-República Democrática Alemã. Repudiamos também a pena de 9 anos de prisão imposta a Nexhmije Hoxha, viúva do falecido dirigente do Partido do Trabalho da Albânia e do Estado Albanês.

Estas perseguições põem em evidência o caráter antidemocrático dos regimes atualmente vigentes na ex-União Soviética e nos países do Leste europeu, nos quais, devido à privação dos direitos políticos, nega-se também aos seus povos, até mesmo os direitos econômicos e sociais mais elementares."

Congresso debate futuro de Portugal

Conforme noticiamos em nossa edição nº 93, transcorreu nos dias 4, 5 e 6 de dezembro último, na cidade da Almada, o XIV Congresso do Partido Comunista Português, ao qual compareceu uma delegação do Partido Comunista do Brasil, representada pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo. Com cerca de 1.800 delegados e mais de mil convidados, entre os quais figuras representativas da sociedade portuguesa, como Vasco Gonçalves e o escritor José Saramago, o XIV Congresso do PCP, realizado sob o lema "Democracia e Socialismo, o Futuro de Portugal", aprovou novos Programa e Estatutos, além de uma abrangente resolução política sobre temas político-ideológicos contemporâneos, a queda do Leste e da URSS, a situação internacional, o quadro político em Portugal e questões relacionadas com a afirmação, a confirmação e a renovação do PCP. Em ambiente de unidade, o XIV congresso decidiu renovar a direção partidária. O líder do PCP, Álvaro Cunhal, deixou a função de secretário-geral, que ocupará 31 anos, assumindo o posto de Presidente do Conselho Nacional do Partido. Cunhal passou o cargo ao novo secretário-geral, Carlos Carvalhas, deputado na Assembleia da República.

Durante sua estada em Portugal, a delegação do Partido Comunista do Brasil estabeleceu contato e intercâmbio de opiniões e experiências com 49 partidos comunistas, revolucionários e movimentos de libertação nacional presentes ao Congresso do PCP. Abaixo publicamos trechos (por razões de espaço) da intervenção de Álvaro Cunhal no encerramento do XIV Congresso.

"Para nós, os comunistas, o XIV Congresso foi um grande Congresso de confirmação, afirmação e renovação (...).

O Congresso analisou com objetividade e rigor, a situação nacional e internacional. Apontou a gravidade da situação, dos problemas e dos obstáculos que atualmente os trabalhadores e os povos de fronteira. Mas procedeu a esse exame não com uma perspectiva de qualquer derrotismo, ou sombra de qualquer desânimo, mas com serenidade, firme determinação e confiança no futuro.

O Congresso analisou as profundas alterações na situação mundial. Apontou a gravidade da mudança da correlação mundial de forças resultante da desagregação da URSS e de países do leste da Europa, das novas pretensões de hegemonia mundial do imperialismo, da pretensão do imperialismo de impor a sua exploração e domínio em todo o mundo, de intervir na vida interna dos povos, de abafar os processos libertadores e de ditar a sua vontade utilizando todos os meios, mesmo os

mais revoltantes: econômicos, financeiros, diplomáticos, militares - a ingerência, a intervenção, o terrorismo, a guerra.

Mas ao mesmo tempo o Congresso sublinhou, como um elemento fundamental da sua análise, que, como testemunhou a participação dos nossos numerosos convidados, a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo continua - pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, a paz e o socialismo. Que o capitalismo é completamente incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade. Que a causa comunista - o projeto de construção de uma nova sociedade libertada de todas as formas de exploração e opressão - continua a ser inteiramente válida e a corresponder às mais profundas necessidades e aspirações dos trabalhadores e dos povos.

O Congresso testemunhou que, respondendo à vida e às mudanças da realidade, o Partido reafirma de forma criativa a sua identidade: a sua natureza de classe como partido da classe operária e de todos os trabalhadores; a sua base teórica revolucionária, os seus princípios orgânicos que aliam uma única direção e uma única orientação geral a uma profunda democracia interna; o seu patriotismo e internacionalismo; o seu objetivo como partido que luta pela liberdade, a democracia, o progresso social e a independência nacional e tem no horizonte a construção do socialismo. O comunismo não morreu. Antes está vivo e bem vivo nas aspirações mais profundas da humanidade. A ele pertence o futuro.

O Congresso testemunhou as raízes profundas do nosso partido na classe operária, nos trabalhadores, nas massas populares. Raízes tão profundas, tão sólidas, tão provadas que estando o Partido assente nelas não caminha para o "declínio irreversível" que para aí alguns proclamavam, mas para ter na sociedade portuguesa um partido necessário, indispensável e insubstituível, confirmando que é o



Álvaro Cunhal passa o cargo ao novo secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas

partido que Portugal precisa.

O Congresso testemunhou a sólida unidade do Partido, unidade que se deve não apenas à correção, reconhecida pelos militantes, das análises, orientações, justos objetivos, em cuja elaboração e definição todos os militantes ativamente participam, mas ao empenhamento na luta constante e também à profunda democracia interna do Partido, à liberdade de opinião e intervenção livre dos militantes, ao trabalho coletivo, à concepção do Partido como um grande coletivo de homens, mulheres e jovens livres, iguais em direitos e deveres, aos quais cabe decidir da orientação e da ação e do futuro do seu Partido.

O XIV Congresso confirmou que o nosso Partido está de pé, firme, serenamente convicto e consciente das suas responsabilidades para com o povo e o país.

O XIV Congresso procedeu a importantes decisões de renovação relativas à estrutura e composição da direção, destacando-se a eleição para o Comitê Central de dezenas de camaradas que assim assumiram novas responsabilidades e a eleição de um novo Secretário-geral, o camarada Carlos Carvalhas, cuja assunção de novas responsabilidades contará com a confiança de todo o Partido, e cuja eleição se insere nas orientações e medidas relativas ao reforço do Partido e ao seu futuro.

Creio, camaradas, que o XIV Congresso, desiludindo adversários, correspondeu aos propósitos e à vontade dos militantes. Correspondeu também à confiança daqueles que não sendo comunistas confiam no nosso Partido.

Por tudo isto, camaradas, ao terminarmos os trabalhos do nosso XIV Congresso, neste ambiente de tanto entusiasmo e de tanta alegria, estamos todos confiantes em que o nosso Partido sairá do XIV Congresso mais forte, mais preparado, voltado para o futuro, aberto para a vida, pronto para a luta, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, decidido e preparado para ser digno da confiança de todos aqueles que sempre foram e serão o partido comunista que sempre foi, e continuará a ser."

PCdoB

A herança dos caras pintadas

O Partido Comunista do Brasil promoveu neste início de ano, três cursos destinados à formação da juventude. Participaram do primeiro os secretários de juventude dos diretórios regionais. Os outros dois foram dedicados às lideranças secundaristas e universitárias, respectivamente.

Os recentes movimentos realizados pela juventude comprovaram que este é um setor muito importante para a luta em nosso país e acendeu na sociedade um grande debate, que foi mais intenso justamente porque a direção desse movimento estava com os comunistas, com o PCdoB.

A disputa por essa direção e pela herança dos caras pintadas não está resolvida. Pelo contrário, ao que tudo indica, ela se travará com grande agudeza. Isso fica claro na postura que alguns órgãos da grande imprensa assumem e mesmo nas atitudes de forças que atuam no movimento juvenil. É num momento dessa magnitude que a formação dos quadros juvenis do PCdoB se torna

ainda mais importante e exige respostas do Partido.

O cerco ideológico a que o PCdoB está submetido e a intensa luta política que a conjuntura impõe, deixam claro que não é possível continuar com o espontaneísmo, para não dizer omissão, que tem prevalecido na formação juvenil.

O fato é que o PCdoB tem importantes lideranças de massa e dirige parcela considerável do movimento juvenil organizado. Mas a formação teórica dessas lideranças é frágil. Poucos são os que compreendem e dominam os pilares básicos do marxismo e da política partidária. Essa contradição é fruto da pouca organização que o PCdoB tem entre a juventude e da forma com que trata o movimento estudantil: uma preocupação com as lutas mais imediatas e em detrimento da propaganda socialista.

O 8º Congresso apontou que a luta teórica tem hoje, papel destacado. Como é possível romper com o defensismo nas escolas e universidades se os comunistas não se sentirem se-

guros em seus conhecimentos? Se não dominarem os elementos em debate da crise do socialismo? Se não conseguirem apontar com clareza o quadro de decomposição do capitalismo? Se não entenderem a tática e a política para a educação e para a juventude?

É fundamental que o PCdoB desenvolva uma ação organizada e conseqüente na formação juvenil. Essa formação tem variados aspectos e deve se dar no cotidiano partidário.

Os cursos realizados a nível nacional devem ser vistos como apenas um momento desse esforço que se deve dar em todos os níveis partidários. Eles apenas revelaram o quanto o Partido tem que dispende esforços para seguir obtendo êxitos nesse setor. Sem o conhecimento do socialismo científico, dificilmente os jovens compreenderão e farão propaganda do insubstituível papel do Partido, de sua organização e crescimento.

(Rovilson Brito, da Comissão Nacional de Juventude)

18 de fevereiro,
um marco histórico

RONALD FREITAS
Membro do CC do PCdoB

18 de fevereiro registra os 31 anos de reorganização do PCdoB, sendo uma das datas-chaves de sua história. Em 1962, numa conjuntura política muito diferente da atual, ocorreu uma brusca virada de rumos na orientação política, teórica e ideológica na ex-URSS. Viviam-se um período de ascenso revolucionário, com um mundo polarizado entre regimes sociais diferentes (capitalismo x socialismo), com uma disputa pela hegemonia mundial acirrada entre duas grandes superpotências, EUA e URSS. Isso repercutiu intensamente no Brasil e no PCdoB. Somando-se com problemas internos que vivia a direção do Partido, determinou mudanças fundamentais em seu rumo.

Diante disso, um punhado de companheiros reafirmou os princípios básicos norteadores de nossa luta, defendeu a pureza revolucionária do Partido e, diante de uma maioria que se emasculou frente as pressões, reorganizou o PCdoB.

O passar desses 31 anos só fez ressaltar a justiça daquela decisão. A reorganização adquiriu com o decorrer do tempo a sua real dimensão. Foi ela o elemento decisivo para a continuidade revolucionária do PCdoB, que se transformou no polo aglutinador dos revolucionários conseqüentes. E ao mesmo tempo que defendiam os princípios teóricos e a doutrina, engajavam-se na luta do cotidiano em busca do caminho da revolução. Esses 31 anos foram turbulentos, 21 vividos sob o mais tirânico e repressivo regime político de nossa história. Mesmo nessas condições o Partido cresceu, fortaleceu-se e escreveu uma das mais brilhantes páginas da resistência popular aos desmandos da ditadura militar, como a Guerrilha do Araguaia, a luta pela anistia, as Diretas Já, o fim da ditadura. No novo período que se abriu a partir de 1985, o PCdoB sempre esteve nas primeiras fileiras na luta em defesa dos interesses nacionais, da democracia e da liberdade. Registrou e lutou, acumulou experiências. A lição básica dessa época é que, identificado o problema, a traição aos princípios básicos da teoria marxista-leninista por Kruschchev e Prestes, os comunistas foram ousados e decididos, jogaram tudo para superar a situação, e venceram o desafio.

O tempo passa. 31 anos depois, em uma situação bem diferente daquela, outros desafios são colocados. Atualmente, um dos maiores desafios é o do crescimento e fortalecimento partidário. O PCdoB é hoje uma força política presente e atuante na sociedade brasileira. Conquistou o direito de atuação legal e desmistificou com sua atuação séria e conseqüente, os estereótipos e as fantasias existentes em certos círculos acerca dos comunistas e de sua organização partidária. Atua no parlamento, nos sindicatos, nos movimentos juvenil, comunitário, de mulheres, de negros, etc... Tudo isso está bem e são êxitos, mas a realidade está a exigir um novo salto, a superação de um novo desafio: O de torna-se um Partido de porte médio, crescendo substancialmente suas fileiras e fortalecendo a sua estrutura. Esse é um desafio que exigirá uma série de respostas no campo político, teórico, ideológico e organizativo, sendo para isso necessário o trabalho de todo o coletivo partidário. Ao superá-lo o PCdoB se colocará em posição mais vantajosa para cumprir o seu papel.

Seminário de formação parlamentar

MYRIAN L. ALVES

Ass. Imprensa da Liderança do PCdoB
na Câmara Municipal de São Paulo

O Diretório Regional do PCdoB de São Paulo realizou nos dias 5, 6 e 7 deste mês o II Seminário de Formação Parlamentar. Participaram os vereadores eleitos em todo o Estado, os deputados Jamil Murad e Denis Carvalho, Aldo Rebelo, deputado federal e os assessores parlamentares e de imprensa.

O objetivo deste tipo de encontro, que pode ser realizado em todos os Estados com representação parlamentar do PCdoB, é o de colocar a atuação dos eleitos e seus gabinetes à altura das diretrizes a serem seguidas por um mandato comunista. Em 71 anos de existência, o PCdoB permaneceu quase 60 na clandestinidade, ou seja, a participação política do Partido nos parlamentos é algo recente e as dificuldades enfrentadas no cotidiano legislativo são muitas vezes decorrentes desta falta de vivência, além é claro, da desproporcional correlação de forças que exige um malabarismo diário por parte dos comunistas.

Walter Sorrentino, presidente do PCdoB/SP, abriu o Seminário destacando a crise do capitalismo, a ofensiva das idéias neoliberais que desencadearam no processo de impedimento de Collor e as perspectivas da atuação partidária para 1993. A ampla participação popular de 1992 preocuparam evidentemente as elites mais reacionárias que preparam sua ofensiva via Congresso. Aldo Rebelo apresentou, a partir daí, o quadro político nacional demonstrando a gravidade dos projetos-leis que dispõem sobre a reforma partidária, o sistema eleitoral e o debate preparatório para o Plebiscito de abril.

As exigências para a formação legal de partidos políticos apresenta-



Parlamentares e assessores debatem mandatos comunistas

das em dois dos projetos-de-lei que tramitam no Congresso remontam à Constituição de 69, colocando em risco as liberdades democráticas conquistadas pelo povo brasileiro. Isso motivou a apresentação, durante o Seminário, de um Manifesto do Partido que colherá assinaturas de políticos de todo o País para garantir os direitos de organização partidária assegurados na Carta Magna de 1988.

"Cidade, município e gestão urbana", tema do segundo dia do Encontro, ampliou as discussões quanto às diferenças de participação parlamentar dos vereadores comunistas. Lilian Martins, da Comissão Política do DR/SP, apressentou as distorções provocadas pelo capitalismo no desenvolvimento do solo urbano. No Estado de São Paulo, 92% da população vivem nas cidades, o que acelera, todos os dias, a miserabilidade decorrente da falta de moradia, educação, cultura, abastecimento, saúde, etc.

Buscar fórmula de como adequar os mandatos parlamentares do PCdoB no atendimento das reivindicações básicas da população e de como interagir junto aos executivos municipi-

pais e estaduais. Foram as discussões sobre este tema que resultou num crescimento político individual tanto dos vereadores e deputados quanto de suas assessorias.

João Bosco, em seu quarto mandato na cidade de São José dos Campos, mostrou como se dá o processo legislativo, os trâmites legais de uma Câmara Municipal e os resultados positivos obtidos pelo estudo prévio das Leis Orgânicas (Constituições Municipais) e Regimentos Internos. Caio Carneiro, advogado, atual chefe de gabinete do dep. Denis Carvalho, deu exemplos de como uma assessoria jurídica fortalece a participação legislativa de um vereador.

O resultado deste Encontro mostrou ainda, a necessidade da criação de mecanismos de relacionamento dos mandatos.

O próprio Seminário apontou a necessidade de se realizar reuniões periódicas para o aprofundamento das discussões, da troca de idéias e experiências que só poderão contribuir para o crescimento político do Partido não só no âmbito Estadual como na atuação dos comunistas em todo o País.

LEANDRO SCHILFAKE

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

BIOPATENTES

As patentes de genes vegetais, humanos e de outros bichos

FÁTIMA OLIVEIRA
Médica e Secretária Geral da UBM

Genes vegetais e animais submetidos à recombinação gênica artificial já são objeto de apropriação privada. É a vida bioengenheirada sendo patenteada. As manipulações genéticas e a concessão de patentes de seres vivos constituem um dos debates mais quentes e polêmicos da atualidade. Aparentemente por razões éticas, mas uma análise mais apurada e sem emoções revela que as questões de ordem econômica estão na base destas controvérsias.

Não há unidade, muito menos unanimidade, entre os países sobre a patenteabilidade da vida in natura ou bioengenheirada. Outra constatação que causa estranheza é que, embora não haja uma bioética consensual, os países ricos tenham resolvido pressionar os países pobres para que promovam urgentes mudanças em suas leis de patentes para que estas incorporem também a propriedade intelectual de seres vivos, incluindo microorganismos descobertos a partir da adoção destas leis e os que sofrerem manipulações genéticas. As biopatentes são vitais para o imperialismo!

O interesse imperialista

A outra face desta questão é que os países ricos são paupérrimos em biodiversidade nativa, em especial os EUA. A América Latina é o maior banco genético do mundo e a Amazônia possui a maior parte dos genomas da América Latina. Não é de se estranhar porque o ex-presidente Bush não assinou o acordo da biodiversidade na ECO 92.

A proposta que tramita no Congresso Nacional é uma peça original de concessão de patentes e registro de marcas de seres vivos. Provavelmente pioneira nesse tipo de entreguismo. No fundamental quer oficializar a doação do nosso patrimônio genético para quem controla com mãos de ferro o saber científico e tecnológico e concentra o monopólio das tecnologias genéricas e críticas (as mais originais, as mais avançadas, as novidades, as ditas tecnologias de ponta).

Dentre as tecnologias críticas despontam como mais importantes e estratégicas as biotecnologias, dentre estas a rainha das tecnociências - a Engenharia Genética. Especialistas em tendências econômicas e sociais são unânimes em afirmar que o processo de revolucionarização do mercado, necessidade premente do capital para sobreviver, dar-se-á com prioridade via Engenharia Genética, e não na microeletrônica como se pensava até há dois anos.

Os sonhados computadores pensantes, quase gente, surgirão na Biologia. Computador vivo não é mais especulação. Isao Karube desenvolveu no Instituto de Tecnologia de Tóquio os "chips do frescor". Um conjunto de proteínas e polímeros orgânicos que detecta (ao mudar de cor) a deterioração de carnes antes que o olfato ou o olho humano sinta ou perceba. Esta coisa é um computador biológico!

As patentes que envolvem manipulações genéticas não são consideradas por todos os países, por motivos e significados onde se imbricam idéias preconcebidas e alicerçadas em razões filosóficas, religiosas, morais, éticas, econômicas políticas e ideológicas que integram a forma de encarar o mundo e conceituar a vida, de acordo com a moral de cada



agrupamento social. Quase todas com fortes tendências neo-fixistas (sacralização e imutabilidade da vida).

Patentes de seres vivos

Em 1980 os EUA criaram jurisprudência nesta área ao conceder a primeira patente de um ser vivo, um microorganismo bioengenheirado - com a capacidade de degradar petróleo bruto ad infinitum - preparado pela cientista Ananda Chakrabarty, da General Electric. Em 1988 a Universidade de Harvard e a Transnacional Dupont conseguiram patentear o primeiro mamífero. Trata-se de um rato que recebeu um oncogene humano e que é usado para a pesquisa de câncer. Recebeu a patente de nº 4.736.866. Esta patente foi tão controversa que o Escritório Federal de Patentes se sentiu impotente para liberá-la e a decisão se deu via Supremo Tribunal de Justiça em 13/04/88.

De lá para cá os problemas novos surgem sem cessar. A OMPI (organização Mundial de Propriedade Industrial) em 1989 criou uma equipe de peritos em eventos biotecnológicos e instituiu um "Plano de 13 pontos para atualização em biotecnologia". Esta normatização, embora vaga e não consensual, tem estimulado uma corrida na busca de patentes nos EUA por parte de cientistas e de empresas (mais de empresas) de todos os lugares do mundo. Em 1990 mais de oito mil solicitações de patentes abarrotavam as gavetas da OMPI.

A Folha de São Paulo de 02/02/93 noticiou: "Europa abre a porta para animais mutantes". O Escritório Europeu de Patentes (EEP) decidiu rever a sua posição contrária à apropriação privada de animais transgênicos e reconheceu com uma patente europeia o, já patenteado nos EUA, célebre rato bioengenheirado de Harvard/Dupont, tão somente para garantir que o mercado europeu a partir de agora endosse a legitimidade e os lucros da venda de seres bioengenheirados.

Esta entrada da Europa no rol dos que defendem a biopatenteabilidade inegavelmente muda muita coisa no campo da bioética. Acena para a necessidade emergencial de que os países detentores de grandes riquezas genéticas, como o Brasil, garantam de forma soberana seu patrimônio.

As biopatentes tratam obviamente da vida e no campo da matéria viva ninguém inventa nada. A síntese, a degradação, e a recombinação das substâncias vivas são inerentes à natureza. As manipulações genéticas atuais, a intervenção humana consciente do DNA - a bioengenheirização - tão somente aceleram a seleção idêntica à que a natureza vem realizando parcimoniosamente há milênios, e possibilita o aparecimento de outras espécies utilizando a matéria viva já existente. Novas espécies também fazem parte da natureza, natural. Extinção também.

Em termos de originalidade nestas descobertas de onde está um gene, e até como ele funciona não existe nada, fora os instrumentos não biológicos que permitem descobrir estas coisas. Quando estes instrumentos são orgânicos, como os vetores de genes (fagos e plasmídeos) e as enzimas de restrição (que seccionam a molécula de DNA com precisão), também não se inventou nada, tão somente se descobriu uma utilidade para algo já existente na natureza.

Alterando a natureza

1992 foi o ano I do Projeto de Genoma Humano e como era de se esperar os questionamentos sobre estas pesquisas são inúmeros e têm por base a indagação se é ético alterar a natureza, notadamente a humana. Ora, ético, aético ou antiético o fato é que já se altera.

Na ofensiva do patenteamento dos genes humanos, os EUA saíram a frente. Em 1992 fizeram três grandes tentativas. Todas frustradas pela pressão de fóruns científicos e das ameaças do Japão, França e Inglaterra de que romperiam o "esforço de cooperação internacional" que sustenta o Projeto do Genoma Humano, não repassando suas descobertas e patenteando tudo o que descobrissem. É ilustrativa a declaração de Hubert Currien, ministro de Ciência e Tecnologia da França, em março de 92: "a comercialização do genoma vai penalizar aqueles países que não podem arcar com as despesas necessárias tanto para proteger suas descobertas como para continuar suas pesquisas". Na mesma época o Comitê Nacional de Ética da França disse: "A informação contida no genoma humano pertence ao patrimônio comum da humanidade. É um domínio do conhecimento que não pode se constituir em monopólio".

A manipulação genética além de não ser nenhuma novidade na história da humanidade, sacralizações e hipocrisias à parte, é preciso reconhecer que a espécie humana sobreviveu tão somente porque aprendeu a manipular genes. Penso que desde que as mulheres engenhosamente "inventaram" a agricultura e aprenderam a domesticar os animais, estes foram passos decisivos para a manutenção da espécie humana, e o conseguiram porque descobriram como manipular genes, como misturar, dobrar e dobrar a matéria viva, e assim interferir na seleção natural, na evolução. A diferença agora é a consciência que se faz disso.

A preocupação central não deve ser se o Homo sapiens pode ou não alterar a natureza viva, mas sim a quem e para que fins estes conhecimentos e estes saberes e com que fins serão utilizados. A natureza é inerentemente mutável e a mutabilidade não a torna menos natureza. Modificar-se, estar em constante evolução é que é a norma da vida.

